



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 987068
Natureza: Prestação de Contas – Executivo Municipal
Jurisdicionado: Município de Capitão Andrade
Exercício: 2015
Responsável: José de Oliveira Filho

Senhora Procuradora-Geral,

1. O Tribunal de Contas, na sessão de 15/5/2018, emitiu Parecer Prévio pela aprovação das contas (f. 56/58v). Em seguida, o encaminhou ao Legislativo Municipal para o julgamento previsto no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989.

2. Vieram os autos a este Ministério Público para análise da legalidade do referido julgamento.

3. O Legislativo Municipal, composto de 9 (nove) vereadores, julgou as referidas contas, na sessão do dia 16/4/2021, conforme Ata e Decreto Legislativo n. 03/2021 (f. 88/101).

4. Com a presença de 9 (nove) edis, as contas foram rejeitadas por 5 (cinco) votos. Não havendo quórum qualificado, prevalece o Parecer Prévio do Tribunal de Contas pela aprovação das contas.

5. Considerando que o julgamento realizado pelo Legislativo Municipal atendeu aos preceitos legais, em especial ao art. 31 da CR/88 c/c o art. 44 da Lei Complementar n. 102/08, verifica-se que o processo encontra-se apto a ser encaminhado ao arquivo, nos termos do respectivo acórdão.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2021.

Kátia Guimarães Barreto Barcellos

Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete da Procuradora-Geral Elke Andrade Soares de Moura

Processo n.: 987068
Natureza: Prestação de Contas – Executivo Municipal
Jurisdicionado: Município de Capitão Andrade
Exercício: 2015
Responsável: José de Oliveira Filho

À Coordenadoria de Arquivo e Gestão de Documentos,

Tendo em vista que, após análise técnica da documentação acostada, restou constatado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas que o julgamento realizado pelo Legislativo Municipal atendeu aos preceitos legais, este Ministério Público de Contas remete os presentes autos a essa unidade para arquivamento.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2021.

Elke Andrade Soares de Moura
Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)